



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 9 de março de 2023

Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
2,22% São Paulo	103.866	R\$ 5,140 (-1,02%)	R\$ 1.302	R\$ 5,421	13,65%	13,66%	Setembro/2022 -0,29 Outubro/2022 0,59 Novembro/2022 0,41 Dezembro/2022 0,62 Janeiro/2023 0,53
0,18% Nova York	106.540	Últimos					
	3/3 6/3 7/3 8/3	2/março 5,204 3/março 5,200 6/março 5,169 7/março 5,194					

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Lei para garantir igualdade salarial

Projeto prevê multas para empresas que pagarem remuneração diferente para homens e mulheres na mesma função

» INGRID SOARES
» TAINÁ ANDRADE

No Dia Internacional da Mulher, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou um pacote de medidas para garantir direitos da população feminina no Brasil. Entre as ações, o chefe do Executivo assinou projeto de lei que determina o pagamento de salários iguais para homens e mulheres que exerçam a mesma função. Apesar de já existirem normas prevendo a igualdade salarial, a realidade nas empresas é bem diferente, e as trabalhadoras, em média, ganham 30% menos do que os homens.

O projeto determina que a paridade será garantida por meio de instrumentos como relatórios de transparência; incremento da fiscalização contra a discriminação salarial entre gêneros; aplicação de sanções administrativas em caso de descumprimento da lei ou discriminação salarial; e facilitação de meios processuais para a garantia da igualdade.

Caso a lei seja aprovada, a empresa em que for constatada desigualdade salarial deverá apresentar um plano de ação para corrigir a situação, com metas e prazos estabelecidos. Em caso de descumprimento, será aplicada multa equivalente a cinco vezes o maior salário pago pelo empregador, elevada em 50% se houver reincidência. Empresas com 20 ou mais empregados terão que publicar relatórios de transparência salarial e remuneratória. Lula destacou que o texto do PL possui a palavra "obrigatoriedade", e que isso fará o diferencial no cumprimento da medida. "A gente está dizendo em alto e bom som que (a mulher) que trabalha na mesma função, e com a mesma competência, tem o direito de ganhar o mesmo salário do homem" afirmou.

O presidente também cobrou

Fotógrafo/Agência Brasil



Numa solenidade marcada pela presença feminina, Lula anunciou pacote com dezenas de medidas voltadas a reduzir desigualdade de gênero

fiscalização por parte da Justiça. "Nada, absolutamente nada, justifica a desigualdade de gênero. Nem a medicina, nem a biologia, nem a anatomia. Talvez a explicação esteja no receio dos homens de serem superados pelas mulheres. E isso não faz sentido algum. As mulheres querem igualdade, e não superioridade. E quanto mais as mulheres avançam, mais o país avança. Isso é bom para toda a população", enfatizou.

Do pacote, consta ainda um decreto que determina a reserva de 8% das vagas em empresas contratadas pela administração pública federal para mulheres

que foram vítimas de violência. Além dessas, foram anunciadas ontem ao menos mais 29 ações voltadas ao tema. "Vai ter muita gente que não vai querer pagar, mas, para isso, a Justiça tem que funcionar para obrigar o empregador a pagar aquilo que a mulher merece pela sua capacidade de trabalho", acrescentou Lula.

O PL da igualdade salarial foi enviado ontem para o Congresso. A deputada Sâmia Bonfim (Psol-SP), que estava presente na cerimônia do Palácio do Planalto, acredita que o projeto não sofrerá resistência quando chegar à Câmara dos Deputados, já que, na última reunião da Bancada

Feminina, da qual ela faz parte, diversos partidos mostraram interesse em apresentar propostas para o tema. "Do Psol ao PP, todos têm um projeto sobre isso", comentou.

Bancos

Os bancos públicos também vão desenvolver ações especiais direcionadas às mulheres. No Banco do Brasil, cinco carretas do Agro Mulher passarão a percorrer o país com oferta de crédito diferenciado, serviços financeiros e capacitação. A Caixa promoverá o Mulheres na Favela, que visa a qualificação de

mulheres em três laboratórios de inovação social, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Salvador. Por sua vez, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) implementará o Projeto Garagem, voltado para a aceleração de startups (empresas nascentes) lideradas por mulheres.

A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves destacou o comprometimento do governo em implementar políticas públicas robustas e eficazes. "Depois de seis anos, o 8 de março volta a ser celebrado com políticas públicas para as mulheres neste país", frisou.

Principais ações econômicas

- » PL lei da igualdade salarial
- » Criação de Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração do plano nacional de igualdade salarial, remuneratório e laboral entre mulheres e homens
- » Decreto determina que, nas licitações públicas, as concorrentes reservem 8% das vagas de trabalho para mulheres vítimas de violência
- » Ratificação da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de combate ao assédio sexual e moral no trabalho
- » Mensagem ao Congresso Nacional para cancelar a Convenção nº 156 da OIT, sobre igualdade de oportunidades para homens e mulheres
- » Criação da política de enfrentamento ao assédio sexual e moral na administração pública federal
- » Edital de assistência técnica rural para mulheres do campo, com a previsão de que 20 mil mulheres sejam atendidas
- » Lançamento do Empreendedoras.tech — programa de apoio a empreendedoras na área de tecnologia
- » Lançamento da campanha Mulheres no Topo: carretas voltadas para serviços financeiros, com fornecimento de crédito diferenciado e capacitação das mulheres do agronegócio
- » Projeto Garagem, para acelerar startups lideradas por mulheres

Críticas à baixa presença feminina no Legislativo

» ÂNDREA MALCHER

Ao ser homenageada ontem com o Diploma Bertha Lutz, honraria do Senado que reconhece pessoas que lutam pelos direitos das mulheres e pela igualdade de gênero no país, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, destacou que as mulheres estão longe de desfrutar do mesmo espaço e direitos que os homens, inclusive na política, e ressaltou o que chamou de "sub-representação feminina" no Poder Legislativo.

"A igualdade fez-se assim e continua a se fazer a sub-representação feminina também neste Parlamento, a partir da perspectiva masculina a respeito da mulher. Vale dizer, igualdade formal, na lei, e não igualdade substancial, efetiva", disse a magistrada. Atualmente, mulheres correspondem a menos de 20% dos membros do Legislativo — 17,3% na Câmara dos Deputados, e 18% no Senado.

Precursora

Bertha Maria Júlia Lutz foi uma ativista feminista, bióloga, diplomata e política brasileira, a segunda mulher a se tornar deputada no país, na primeira legislatura com a presença feminina após a conquista do direito ao voto. Ela foi uma das poucas mulheres a participar da elaboração da Carta da Organização das Nações Unidas, em 1945, incluindo no preâmbulo e no artigo 8 uma referência específica à igualdade de direitos de homens e mulheres.

Para a presidente do Supremo, a batalha pelo fim da discriminação de gênero é uma tarefa constante. "Reafirmar o direito das mulheres à igualdade de tratamento e de acesso aos espaços decisórios públicos como forma de luta contra a discriminação de gênero é projeto em permanente construção", assinalou.

Rosa Weber criticou o machismo estrutural presente na sociedade brasileira, indicado como um fator central para "se edificarem as estruturas procedimentais e de tomada de decisão de modo a não considerar a mulher como ator político institucional relevante no projeto democrático constitucional".

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), apresentou dados que amparam as críticas tecidas por Rosa Weber, lembrando que, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, todas as formas de violência contra a mulher cresceram em 2022.



Rosa Weber recebe prêmio de Pacheco: "igualdade formal, não real"

"Um cenário trágico, em que, diariamente, uma média superior a 50 mil mulheres são vítimas de violências e uma mulher a cada seis horas é morta por ser mulher. Grandes obstáculos persistem no atingimento da igualdade de gênero, como a diminuição da sub-representação política, a redução nas desigualdades do mercado de

trabalho e o combate à violência, que tem dados alarmantes, uma quantidade inaceitável de feminicídios", disse Pacheco.

Além de Rosa Weber, outras seis personalidades foram homenageadas, entre elas a primeira dama Rosângela da Silva, a Janja. "Cada uma das mulheres aqui sabe as dificuldades do dia a dia

da política. Tenho sido o principal alvo de mentiras, ataques à honra e ameaças nas redes sociais. Até mais que o presidente", disse Janja. Ela também ressaltou a baixa representatividade feminina no Congresso Nacional. "Um século depois de Bertha Lutz ter organizado a luta pelo direito ao voto, seguimos tendo que repetir que precisamos estar representadas nos espaços de decisão", apontou. "Temos que comemorar o avanço da representatividade das mulheres no Congresso, mas ainda estamos abaixo da média mundial, que é de 26% dos assentos nos parlamentos", completou.

Também receberam o Diploma Bertha Lutz a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka; a cientista política Ilona Szabó, presidente do Instituto Igarapé; e a jornalista Nilza Zacarias, coordenadora da Frente Evangélica pelo Estado de Direito. A jornalista Glória Maria e a líder indígena Clara Camarão receberam o prêmio postumamente.